

A. I. N° - 110019.0017/06-8
AUTUADO - MDF CALÇADOS LTDA.
AUTUANTE - DEMÓSTHENES SOARES DOS SANTOS FILHO
ORIGEM - INFRAZ VAREJO
INTERNET - 19/03/07

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0065-03/07

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS SUJEITAS AO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOLHIMENTO A MENOS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Em tais operações, não havendo convênio ou protocolo que preveja a retenção do imposto pelo remetente, cabe ao adquirente (destinatário) efetuar a antecipação do imposto sobre o valor adicionado no prazo regulamentar. Comprovado nos autos que parte do imposto já tinha sido objeto de denúncia espontânea, e que ocorreu lançamento em duplicidade. Infração parcialmente elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 30/06/06, exige o ICMS recolhido a menos por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas no Anexo 88 [calçados: 2004], no valor de R\$29.063,04, acrescido da multa de 60%.

O autuado, na defesa apresentada (fls. 30 a 35), por meio de advogada legalmente constituída (fl. 36), diz que a acusação não pode prosperar, tendo em vista que parte dos valores exigidos já foi objeto de denúncia espontânea e parcelamento da dívida no processo n° 60000038/05-1, no montante de R\$17.073,01, conforme documento juntado à fl. 37.

Alega que nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, não havendo convênio ou protocolo entre a Bahia e a unidade da Federação de origem, que preveja a retenção do imposto, o prazo para pagamento é previsto para o dia 25 do mês subsequente ao da entrada da mercadoria no estabelecimento adquirente. Afirma que da análise dos demonstrativos elaborados pelo autuante, fez as seguintes constatações:

- a) As mercadorias consignadas notas fiscais de n° 377712 e 377440, emitidas pela Grendene S.A., foram recebidas no mês de março/04, enquanto o autuante considerou entrada no mês de fevereiro/04;
- b) As referidas notas fiscais foram computadas no demonstrativo do mês de fevereiro e março/04, além das notas fiscais de n° 360697 e 377712, provocando exigência do imposto em duplicidade;
- c) As notas fiscais de n° 118061, 281088, 829300, 849484, 850783, 839948, 851196 e 847939, emitidas pela Grendene S.A., foram recebidas no mês de dezembro/04 e o autuante incluiu indevidamente na planilha do mês de novembro/04.

Diz que os vícios e erros conduzem à nulidade e se corrigidos, a improcedência da autuação. Juntou demonstrativo à fl. 38, para demonstrar que a autuação incorreu num excesso de cobrança totalizando R\$17.032,70. Reconhece que do confronto com o valor apurado pelo autuante com o imposto já pago e parcelado, resta devido o valor de R\$11.990,01.

Requer que na busca da verdade material, seja procedida conferência, ajuste do débito, e declarada a improcedência da autuação. Protesta pelos meios de prova em direito admitidos,

juntada posterior de documentos, contra-prova, diligências, exames, vistorias e revisão do lançamento.

O autuante, em sua informação fiscal (fl. 42), diz que após a análise dos documentos e comprovações apresentadas junto com a defesa, procedeu a reclassificação das notas fiscais nos meses alegados pelo autuado e elaborou novo demonstrativo de débito à fl. 42, o que resultou em débito remanescente de R\$11.524,80.

Finaliza dizendo que tendo acolhido todas as alegações defensivas, requer que o Auto de Infração seja julgado parcialmente procedente.

A Inspetoria Fazendária intimou o autuado para tomar conhecimento da informação fiscal (fl. 45 e 46), e concedeu prazo de dez dias para se manifestar, caso quisesse, o que não ocorreu no prazo devido.

VOTO

Deixo de acatar a preliminar de nulidade suscitada pelo autuado, sob argumento de que ocorreu cometimento de vícios na sua lavratura, tendo em vista que pela descrição dos fatos é possível identificar a natureza da infração, o montante do débito e o lançamento encontra-se embasado nos demonstrativos elaborados pelo autuante, dos quais o sujeito passivo recebeu cópia e foram acostados ao PAF, sendo os erros passíveis de correções nos termos do art. 18, parágrafo 1º do RPAF/BA. Além do mais, o autuante refez o demonstrativo original quando prestou a informação fiscal, tendo sido dado conhecimento ao contribuinte da mesma e o impugnante ter se silenciado.

No mérito, o Auto de Infração acusa o recolhimento a menos do ICMS por antecipação, relativo a compra de mercadorias em outras unidades da Federação.

Na defesa apresentada o autuado indicou diversas inconsistências no levantamento fiscal, o que foi acatado pelo autuante.

Pela análise dos demonstrativos e documentos juntados com a defesa verifico que:

Conforme demonstrativo juntado pelo autuante à fl. 10, as notas fiscais de nº 377712 e 377440, foram emitidas pela Grendene S.A. no dia 28/02/04 e considerando que o emitente está localizado no Estado do Ceará, é razoável acatar a alegação defensiva de que as mercadorias só foram recebidas pelo autuado no mês de março/04;

Além das notas fiscais de nº 360697 e 377712, as notas fiscais acima mencionadas, também foram incluídas indevidamente pelo autuante na apuração do débito do mês de fevereiro, o que confirma a exigência do imposto em duplicidade, relativo àquelas notas fiscais. Portanto, devem ser acatadas, estando corretos os cálculos efetuados pelo autuante, conforme demonstrativo de débito à fl. 42;

As notas fiscais de nº 118061, 281088, 829300, 849484, 850783, 839948, 851196 e 847939, conforme demonstrativo juntado pelo autuante às fls. 16 e 17, foram emitidas nos dias 26 a 30 de novembro/04, por empresas localizadas em São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará, devendo ser acatada a alegação defensiva de que só ingressaram no estabelecimento autuado no mês de dezembro/04, tendo sido incluídas indevidamente pelo autuante na planilha do mês de novembro/04. Na informação fiscal, o autuante refez os cálculos da forma correta acatando todas as alegações defensivas e não tendo sido contestado pelo defendente após ser cientificado, acato o demonstrativo de débito juntado pelo autuante à fl. 42, e considero devido o valor remanescente de R\$11.524,80. Infração parcialmente procedente.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, o Auto de Infração n.º 110019.0017/06-8, lavrado

contra **MDF CALÇADOS LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$11.524,80**, acrescido da multa de **60%** prevista no art. 42, II, “d”, da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de março de 2007.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR